



**Presidência**  
Câmara Municipal de Almada

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia  
Municipal de Almada  
José Courinha Leitão

[geral.assembleia@cma.m-almada.pt](mailto:geral.assembleia@cma.m-almada.pt)

V/Ref.º  
E-mail Nº: 958/XIII-1º  
Ent. 1070/XIII-1º

N/Ofício n.º:  
273/GP

Data:  
14 de dezembro de 2022

**Assunto:** Requerimento nº 10/XIII-1º/CHEGA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada,

Em resposta ao e-mail com a referência acima mencionada, relativamente ao pedido do Sr. Deputado Municipal Nuno Mendes, sobre “Clube Náutico Almada” e após consulta aos serviços municipais competentes, transcreve-se a informação prestada pelos mesmos:

“A Câmara Municipal tem vindo a acompanhar o processo de realocização das instalações do Clube Náutico (CNA), encontrando-se a futura localização do mesmo em análise/ponderação pelos serviços municipais em articulação com a Sociedade Baía do Tejo, para o polígono dos antigos estaleiros navais da Lisnave, os quais se encontram inseridos na área de intervenção do Plano de Urbanização de Almada Nascente (PUAN), igualmente em vigor, cuja publicação em Diário da República 2.ª Série n.º 218 foi efetuada no Edital n.º 1098/2009, de 10/11.

Com este processo de avaliação conjunta em curso, pretende-se não só assegurar a continuidade desta importante atividade prestada pelo CNA, em termos culturais e desportivos, e por outro, contribuir, a par de outras ações públicas e privadas, para a dinamização da frente ribeirinha do concelho no contexto da regeneração urbana e ambiental destes antigos estaleiros navais.

O CNA encontra-se atualmente abrangido pela área de intervenção do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, o qual se encontra aprovado em vigor através da publicação em Diário da República 2.ª série, n.º 148 – Edital n.º 781/2013, de 02/08 e pelos DR n.º 82 – Aviso n.º 7429/2019, de 29/04 e Diário da República n.º 83 Avisos n.º 7490/2019, de 30/04.

Relativamente à comparticipação dos custos, não é possível nesta data aferir os custos e a respetiva responsabilidade, quer ao nível da intervenção no Molhe da Doca, como das restantes intervenções necessárias para a requalificação deste local tal como identificado no PUAN, uma vez que se trata de um processo ainda em curso, que envolve a ponderação da localização, dos projetos e ações necessárias, contemplando naturalmente os respetivos custos de investimento, o que também carece de um processo de concertação com os vários intervenientes e proprietários abrangidos.

A frente ribeirinha de Almada encontra-se abrangida pelos instrumentos de gestão territorial (IGT) anteriormente referidos, sendo ainda de salientar o caso do Plano de Pormenor do Cais do Ginjal, aprovado em Diário da República 2.ª Série n.º 15 – Aviso n.º 1497/2021, de 22/01. Este conjunto de IGT compreende globalmente uma vasta faixa da frente ribeirinha de Almada, desde o Jardim do Rio, a Poente, e a base naval do Alfeite, a Nascente, numa extensão superior a 3,5km. A transformação desta frente ribeirinha encontra-se assim prevista nestes planos cuja operacionalização se processará ao abrigo de contratos de urbanização, nos termos do RJIGT e do RJUE, mas também através de outras intervenções, como sejam através das intervenções já realizadas no Caramujo e na Romeira nos últimos 3 anos, mas também as que se encontram em curso no terreno como sejam no Largo Alfredo Diniz.

Pela extensão, diversidade e complexidade, trata-se de um conjunto de intervenções com especificidades e um nível de complexidade muito heterogéneo, que envolverá para além de avultados investimentos públicos e privados, implicará uma exigente e cuidada programação temporal para a sua realização por forma a não condicionar simultaneamente todo este território, com todos os impactes decorrentes de obras deste nível de complexidade na cidade, que importa mitigar.

Por fim, acresce referir ainda o processo em curso da revisão do plano diretor municipal, que foi objeto de parecer favorável condicionado no contexto da reunião da Comissão Consultiva ocorrida no passado dia 17.12.2021, estando atualmente na fase de concertação com as respetivas entidades que compõe esta comissão. Neste instrumento de escala municipal estão ainda previstas, em complementaridade, outras orientações de planeamento e projetos estratégicos que abrangem igualmente este território.

Concluída a fase de concertação, e antes da sua aprovação, este processo será submetido a um período de discussão pública onde se procederá à sua divulgação e auscultação da comunidade.”

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete da Presidente da Câmara



Diogo Carvalhêda

FP/

